

E EU, NÓS, INTELLECTUAIS PRETAS NA CIRCULARIDADE ANTICOLONIAL, ANTIRRACISTA, ANTIPATRIARCAL EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

AND I, WE, BLACK INTELLECTUALS IN THE ANTI-COLONIALIST, ANTI-RACIST, ANTI-PATRIARCHAL CIRCLES IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

Lucineide Barros Medeiros¹

Maria Simone Euclides²

Maria do Socorro da Silva Arantes³

Resumo: As mulheres pretas desafiam a hegemonia da ciência tradicional, que se sustenta na racionalidade do “mito da intelectualidade” branca e racista. Pesquisadoras pretas instauram possibilidades epistêmicas no ambiente acadêmico e comunitário, baseadas em um projeto de universidade democrática e popular. Ao pesquisarem Programas de Pós-Graduação liderados por docentes negras na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e na Universidade Federal do Piauí (UFPI), articulam projetos de formação e intervenção com as classes populares, prioritariamente pretas e indígenas, em interseccionalidades de gênero e classe, atualizando conhecimentos socialmente críveis diante da falácia do “mito da intelectualidade” da branquitude.

Palavras-chave: Pesquisadoras Pretas; Anticolonial; Antirracista; Antipatriarcal; Universidade Pública.

Abstract: Black women challenge the hegemony of traditional science, which is based on the rationality of the white and racist “myth of intellectualism.” Black researchers establish epistemic possibilities in the academic and community environment based on a project for a democratic and popular university. Research in Postgraduate Programs led by Black female professors at the State University of Piauí (UESPI), the Federal University of Viçosa (UFV), and the Federal University of Piauí (UFPI) articulates training and intervention projects with the popular classes, primarily Black and Indigenous, in intersectionalities of gender and class, updating socially credible knowledge in the face of the fallacy of the white “myth of intellectualism.”

Keywords: Black Women Researchers; Anticolonial; Antiracist; Antipatriarchal; University.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Educação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professora Associada - Universidade Estadual do Piauí; E-mail: lucineidebarros@cceca.uespi.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1538-2705>.

2 Doutora em Educação - Universidade Federal do Ceará; Professora Adjunta - Universidade Federal de Viçosa; E-mail: maria.euclides@ufv.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2409-9303>.

3 Doutora em Educação - Universidade Federal do Piauí; Professora Adjunta - Universidade Federal do Piauí; E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0907-2401>.

1 Pesquisadoras Pretas na Universidade: confluência, saberes e práticas emergentes

Quando pesquisadoras pretas, pertencentes às classes populares, se movem em redes de pesquisas e intervenção social, ativam o problema do conhecimento, que é a relevância da ciência em seu sentido prático. Nessa articulação, pesquisadoras pretas instauram um debate sobre a falácia da ideia de “superioridade intelectual da branquitude”, cuja racionalidade científica se arroga como única ciência válida, reproduzindo o racismo estrutural na universidade. A partir das experiências vencidas em projetos e intervenção na universidade, três mulheres pretas tomam como ponto de partida o questionamento a respeito da possibilidade de construir, a partir de seus protagonismos, práticas tensionadoras da lógica de produção científica, especialmente a partir de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Destaca-se que a cooperação científica e a circularidade em que essas docentes se movem, em projetos comuns e em iniciativas individuais, de matriz epistêmica anticolonial e antirracista, estruturam as suas intervenções no contexto acadêmico e comunitário, interpelando modos de ingresso e de permanência, o direito efetivo às ações afirmativas na pesquisa e na extensão, bem como as ações pontuais e localizadas que limitam corpos negros a domínios territoriais e geográficos pré-determinados. Nessa direção, põem em relevo projetos de pesquisa e de extensão vinculados diretamente a três universidades públicas brasileiras, com relações internacionalizadas, sob as suas lideranças e articulados em redes.

Na análise, ressaltam, ao lado da questão étnica, a condição de mulheres comprometidas com causas e processos populares, bem como as suas vinculações a programas de pós-graduação *stricto sensu*, orientando mestrandos(as) e doutorandos(as) com temáticas que inscrevem a problemática das exclusões étnicas, principalmente de negros(as), indígenas e setores populares.

Argumenta-se que, historicamente, prepondera na universidade o “mito da branquitude”, instituído em ritos, rotinas e procedimentos a partir da falácia de superioridade intelectual que inferioriza principalmente docentes e(ou) discentes pretos(as), que, após transporem barreiras seculares ao adentrarem o espaço acadêmico, enfrentam empecilhos aos seus trânsitos e produções, como expressão do que ocorre no conjunto mais amplo em que se encontram pessoas e territórios racializados. Argumenta-se, ainda, que, em face dessa realidade, há resistências e inventividades acionadas coletivamente e por meio do compromisso ético-político e epistemológico de realização da justiça étnica na ciência e na universidade, o que torna possível a construção

de confluências configuradas em reconhecimentos e em partilha de fazeres solidários e acolhedores que concretamente desafiam a falácia “*ego cogito*” da branquitude. Contrariando essa imposição social, o objetivo deste estudo é dar visibilidade às epistemologias anticolonial, antirracista e antipatriarcal em práticas sociais da universidade brasileira e na produção científica de mulheres pretas.

Na construção metodológica, inicialmente apresenta-se um cenário da produção da pesquisa científica no Brasil em universidades, tendo em vista a presença/ausência de mulheres pretas para, em seguida, problematizar algumas ideias, tais como colonialidade intelectual e exclusão epistêmica e corpórea de mulheres pretas, destacando desafios de promoção de uma construção de universidade e de pesquisa não colonizada. A partir daí, são apresentados três destaques de experiências que envolvem as autoras: o primeiro, situado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI), com enfoque na internacionalização da ciência dos povos indígenas e quilombolas, com concessão de bolsas de mestrado e doutorado sanduíche em cooperação entre Brasil e Bolívia e nas ideias de fortalecimento das epistemologias latino-americanas; o segundo, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), ao qual está vinculado o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Raça (EDUCAGERA), que tem como objetivo possibilitar o acesso de grupos sociais sub-representados no ensino superior e que, historicamente, têm tido acesso restrito à pós-graduação, como pessoas negras, indígenas, quilombolas, trans e em vulnerabilidade socioeconômica; e, por fim, pesquisas realizadas nos marcos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), considerando a diversidade de trabalhos de pesquisa vinculados às áreas de educação, ciências sociais, letras e história, com o objetivo de analisar o universo temático interdisciplinar em que se colocam trabalhos envolvendo mulheres pretas. Algumas das experiências mencionadas se entrelaçam em termos de temáticas e de construções compartilhadas entre as autoras.

2 Metodologias no Sul Global de Mulheres Pretas

A metodologia nos processos de produção do conhecimento científico, no contexto da cultura acadêmica estabelecida, move-se em construções teórico-procedimentais eurocêntricas. Mesmo quando não as expressam, resguardam visões de mundo que delineiam condutas investigativas, de relação com pessoas, comunidades, territórios e processos, posturas

argumentativas, analíticas e resultados que conformam um determinado privilégio epistêmico presente no modo de ser da universidade desde as suas origens, marcadas por hierarquias epistêmicas e pela imposição de um pensamento único. Argumentamos, nesta discussão, que as pesquisas e outros fazeres de mulheres pretas carregam uma dimensão ontológica que inscreve possibilidades emancipatórias e libertadoras.

Dias e Castro (2020, p. 539) ressaltam que as

[...] universidades ocidentalizadas internalizaram estruturas compostas por pilares xenofóbicos, etnocêntricos, racistas e sexistas que privilegiam o conhecimento europeu, branco e masculino, e que desconsideram outras epistemologias, outras cosmologias e outras formas de saberes e fazeres.

Esse cenário inscreve a urgência de incidências ético-políticas-epistêmicas baseadas na crítica problematizadora das estruturas edificantes das dinâmicas acadêmicas, que, em suas extensões internas e externas, mantêm práticas de planejamento, orientação, avaliação e resultados de investigações baseadas em culturas metodológicas sedimentadas no disciplinamento das diferentes áreas de conhecimento como artifício de controle. Assim, por um lado, requer a promoção de oportunidades de recomposição dos quadros de docentes investigadoras/es nas universidades, com políticas de acesso que permitam alterar positivamente o cenário identificado na pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada no ano de 2022, que, ao analisar 2.391 editais publicados entre 2014 e 2017, identificou que apenas 374 vagas ofertadas foram reservadas a candidatas/os negras/os para o cargo de docente, representando 3,18%; ressalte-se que esse universo comporta pretas/os e pardas/os e que os dados não evidenciaram a situação por sexo.

Os dados do Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2023, revelaram um total de 195.395 docentes atuando em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) no país, destes, 142.617 (78,5%) atuando em universidades públicas, 112.855 com doutorado e 22.005 com mestrado. Nas IES, 59% dos/as docentes se declararam brancos/as; 1%, amarelos/as; 18%, pardos/as; somente 3%, pretos/as; e 0%, indígenas; 19% escolheram a opção “não declarado”. Os dados informaram também que, em todos os graus de qualificação para o ensino superior, a presença de homens é preponderante; entre o público com doutorado, os homens representaram 54,6%, contrastando com a presença masculina na educação básica, em que, atuando na educação infantil, as mulheres representam mais de 90%.

A organização “Gênero e Número” apresentou dados de 2016, baseados

no Censo da Educação Superior, informando que havia 219 doutoras negras atuando em cursos de pós-graduação no Brasil, representando 0,4% do total⁴.

O baixo número de mulheres pretas na universidade e, em especial, na pós-graduação é um fenômeno indicativo da metodologia de produção de ausências e de impedimentos à passagem da pretitude a esse espaço historicamente seletivo. Expressa mecanismos implícitos e explícitos de impedimento à performática física e intelectual da pessoa não nativa ao espaço acadêmico, desde as origens ocupado pela lógica de produção de conhecimento eurocentrada, tornada universal.

A produção de pesquisas de mulheres pretas nas universidades representa, neste cenário, oportunidade não somente de interculturalizar os fazeres acadêmicos, mas também de libertar o conhecimento aprisionado em territórios que desconhecem e negam realidades históricas subalternizadas e excluídas; que negam a diversidade das construções societárias as oportunidades de compartilhamento de saberes, de conhecimentos próprios, de dororidades (Piedade, 2017), de outros mundos sentidos, pensados, vividos, mas ausentes da universidade.

Esses outros mundos têm as suas próprias perguntas, que remetem a pressupostos, dimensões de espaço, de tempo, de ver e viver singulares. Suas engenharias de produção de conhecimento admitem não somente outros modos de fazeres investigativos, mas também outras respostas.

A pesquisa realizada por mulheres pretas carrega consigo potências epistemológicas e ontológicas forjadas na racialização e na sexualização, dimensões que, na lógica colonizadora eurocêntrica, se tornaram estruturantes; nesse caso, carregam potências de libertação. A ordem que faz preponderar a racialização é importante, pois, sendo pretas, vivem de modo singular a condição de ser mulher, entrecruzada por violências que ainda admitem hierarquizações se comparadas com as violências sofridas por homens pretos.

É neste sentido que as pesquisas de mulheres pretas, independentemente da temática ou da área de conhecimento em que se situem, carregam em si questionamentos de natureza ontológica, que interrogam sobre como ocupar espaço e não pertencer e, ao mesmo tempo, como construir lugares de pertencimento e de intersubjetividades em ato simultâneo de contracolônizá-los, que, no dizer de Nego Bispo (Santos, 2023), requer rompimentos radicais.

4 Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 2 set. 2025.

Perguntas desse tipo problematizam modos de produção de conhecimento baseados em convenções metodológicas. Buscam e constroem novidades teóricas, técnicas de ver, escutar, narrar, abordagens, variáveis e posturas que recusam o modo habitual de investigar, desestabilizando lógicas e ritos colonizantes das metodologias do conhecimento e da universidade.

Nesse sentido, pesquisas de mulheres pretas conscientes da colonialidade intelectual dão lugar a posturas que são tratadas, pelas práticas consagradas do fazer científico, como transgressões epistemológicas, enquanto artifício de desqualificação da produção e, por consequência, das próprias mulheres. Impõe-se, como obrigação de uma produção radical, o que Mignolo (2010) declara como um fazer político-epistêmico que, em face das dinâmicas hegemônicas, é geralmente tratado como marginal. A partir desse lugar de exclusão epistêmica e corpórea das mulheres pretas, há algumas possibilidades que vêm se fazendo como parte de uma pedagogia da pesquisa não colonizada, entre as quais destacamos algumas possibilidades.

A primeira implica na mobilização de perguntas indesejadas, perguntas de outro mundo, carregando premissas já presentes no mundo da vida das comunidades e das mulheres pretas; tais perguntas devem se fazer acompanhadas de complementos que questionem sobre porquês e para quês, respectivamente, presentes nos contextos de exclusões e nos projetos de libertação. Ou seja, trata-se de produzir perguntas situadas.

A segunda requer a superação dos chamados recortes temporais ordinários, exigindo que pesquisas sejam arqueologicamente situadas, atribuindo importância central ao passado ancestralizado e às linhagens genealógicas das descendências territorializadas; trata-se de recuperar a história negada.

A terceira se refere às dimensões de espaço, assegurando que dinâmicas geopolitizadas que envolvam África e a diáspora, enquanto componentes das territorialidades de pretas/os, sejam cartografadas e retiradas da condição de não lugar. A quarta, sobre as fontes teóricas, requer distanciamento dos enquadramentos em marcos ou escolas de tradições teóricas canonizadas, para inscrever a “novidade” existente na problemática, também portadora de construções que, sendo reconhecidas, podem dialogar com outros domínios teóricos; trata-se do reconhecimento dos conhecimentos próprios.

A quinta diz respeito ao desafio de produzir texto-manifesto e que, por ser contrário à propedêutica estabelecida, envolve uma semiologia que evoca significados escondidos em territórios, com nomes próprios invisibilizados, que podem ser interpretados como conceitos e categorias contextualizadas e em dinâmicas relacionais e interativas capazes de se comunicarem com

a inteireza do mundo, que só se dá em trânsitos interdisciplinares. A sexta inscreve as sujeitas que pesquisam, com suas “corpas”, suas vestimentas, suas cores, seus olhares e sentires como lugares de abrigo dos conhecimentos, produzindo pesquisadoras implicadas que, ao negarem a neutralidade, se oferecem como abrigo para tempo, lugares e teorias, tornando o ser e o conhecer inseparáveis; trata-se de um conhecimento sentipensado (Borda, 2015).

3 Ciências, saberes, epistemologias e confluências de Pesquisadoras Pretas na Universidade

“Eu, intelectual preta no PPGPP-UFPI” traz uma formulação inspirada na pergunta de Carine (2023): “E eu, não sou intelectual?”. Procuramos demonstrar como mulheres pretas resistem ao sistema da “falácia do ego cogito” da branquitude. O processo de exclusão é estatisticamente comprovado e plenamente justificado pelo privilégio da branquitude; essa realidade também não é novidade. O “e eu, mulheres pretas” é um encontro transgressor com o eu, mulheres indígenas, pesquisadoras vinculadas às temáticas do vivido, do experienciado, do corpo-território e do descolonial. Na universidade, nossos corpos se cruzam com o pensamento antirracista e anticolonial como matriz epistêmica que desnaturaliza o epistemicídio e a produção de invisibilidades de mulheres pretas e indígenas nas ciências.

A falácia do “ego cogito da branquitude” se alimenta das ideias e expressões programadas pelo racismo estrutural, que cotidianamente tenta apagar nossa existência e declarar invisíveis nossos corpos para validar seus currículos; suprime nossa participação na proposição das políticas afirmativas para legitimar a decadência de suas categorias imaginativas sobre nossos corpos no ambiente acadêmico; nega-se a ouvir nossa intelectualidade ancestral porque quer manter suas modas acadêmicas com categorias que não nos definem; não admite a falácia do “ego cogito” da branquitude, pois quer manter o poder e a tutela sobre os corpos e, como no passado, garantir que seus privilégios estejam seguros.

Como pesquisadora negra, uma das autoras deste artigo se situa no contexto do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), na UFPI, que tem caráter interdisciplinar e interdepartamental. Suas atividades estão voltadas para a qualificação de docentes, pesquisadores, recém-graduados e profissionais, para intervir com competência teórica, política e técnica no campo da docência e da produção de conhecimento na área das políticas públicas. Foi recomendado pela CAPES, conforme parecer nº CAA/CT/241, de 17 de dezembro de 2001, com o conceito CAPES 5.

É a partir do PPGPP que organizamos o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial (NEPEECDES), na atualidade dos projetos de pesquisa e extensão, em consonância com as dinâmicas da realidade social dos sujeitos historicamente excluídos e situados nas questões sociais das classes populares.

Atualmente executamos dois projetos estruturantes da política de inclusão e ações afirmativas: o projeto de internacionalização da pesquisa de povos indígenas, pretos e quilombolas, com financiamento da CAPES, com concessão de bolsas de mestrado e doutorado sanduíche (Brasil–Bolívia), e o projeto de extensão “Governança política e gestão indígena para equidade: capacitação técnico-científica em política educacional para educadores indígenas”, financiado pela SECADI, com o objetivo de promover formação de estudantes indígenas e de suas lideranças para atuação qualificada nos espaços de participação social. Os estudos e pesquisas se organizam, em sua maioria, pelo recorte étnico-racial, de gênero e de classe, em suas interseccionalidades, no contexto das classes populares e de suas lutas na atualidade da produção do conhecimento, no cenário político brasileiro e latino-americano.

Atualmente estão sob a supervisão e orientação de uma das autoras deste artigo pesquisas de trabalho de conclusão de curso na graduação e na pós-graduação (mestrado e doutorado) voltadas para temáticas de gênero, povos e comunidades tradicionais e questões das relações étnico-raciais, com ênfase nas seguintes pesquisas de mestrado e doutorado: “políticas de permanência de mulheres mães na UFPI”; “políticas de demarcação de comunidades tradicionais quilombolas no contexto dos marcos regulatórios do Estado”; “política de combate às violências contra mulheres indígenas na Bolívia”; “política de educação escolar indígena com foco nas lutas do povo Gamela pela realização da pedagogia intercultural indígena no território Gamela”; “políticas de formação de professores para professores indígenas”; e, nas pesquisas de TCC no curso de Pedagogia, “políticas de cotas e permanência de pessoas LGBTQUIAPN+”; “educação antirracista na formação de professores na educação superior na UFPI”; “Educação Popular como prática de pertencimento de mulheres negras Ayabás”. Essas pesquisas atualizam nossa posição na construção de projetos antagônicos de universidade, questionadores de ideias tradicionais de ciência, proclamada como única e válida, pois baseada na falácia do “ego cogito” da branquitude, que captura o espaço acadêmico como lugar de privilégio, e não como política educacional concebida como direito social. Assim, propomos como alternativa uma ciência situada no mundo da vida como prática de descolonização territorial, social e epistemológica.

Os estudos, pesquisa e extensão realizados são referenciados nos princípios da Educação Popular, fundamentada em bases metodológicas participativas do sul latino-americano, inspiradas nas ideias do Sul Global de “outras epistemes”. Há a afirmação de identidades e pertencimentos que renegam a condição social de colonizadas e subalternizadas atribuída às mulheres pretas, indígenas e aos setores populares, afirmando uma intelectualidade própria, fundamentada na memória histórica, em que, mais do que fazer ciência, há um viver da ciência; ou, no dizer de Brandão (2023), sobre “como nós vivemos a pesquisa que fazemos”, demarcando relevância social, política e cultural como posição contra-hegemônica, que Carine (2023) define como brancocêntrica – performática da intelectualidade ocidentalizada da branquitude.

Evidencia-se uma agenda de projetos e pautas potencializadoras da inclusão das classes populares na universidade, com participação efetiva na produção de alternativas epistêmicas e sociais sobre seu próprio fazer, sua existência e sua ressignificação na cena política do Estado. Assim, a agenda descolonial se articula para elaboração e submissão de projetos que se concentram no campo das políticas e ações afirmativas, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Políticas Afirmativas e Diversidade e do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, da CAPES, mobilizando ideias e financiamento efetivo para sua concretização, superando a lógica da pesquisa cartesiana pela pesquisa-ação que produza intervenção social sobre a relevância do conhecimento científico.

Entre os projetos aprovados e em execução com financiamento, destaca-se o projeto de pesquisa “**Políticas de gestão territorial e ambiental em terras indígenas e quilombolas no Brasil e Bolívia**”, com financiamento de bolsas de estágio sanduíche em mestrado e doutorado para estudantes indígenas, quilombolas e pretos, tendo em vista o fortalecimento da internacionalização de pesquisas no contexto da América Latina, especificamente na Bolívia. A posição de descolonização na universidade não é apenas sobre um projeto de ciência e de sociedades, mas sobre um projeto de humanidade, pois, para nós, mulheres pretas nas universidades:

[...] a descolonização de saberes, para além de uma perspectiva epistemológica, é uma forma de reprodução existencial pautada na subversão das normativas impostas pelo Norte Global, que representa mais que uma localização geográfica e epistêmica; trata-se de uma disputa de narrativas históricas e, portanto, uma disputa de humanidade (Carine, 2023, p. 77).

A descolonização é uma posição ontológica de combate ao racismo estrutural e institucional que captura os espaços de poder como único lugar dos corpos da branquitude. A descolonização é a superação das desigualdades de gênero e da racialização que suprime a participação de mulheres pretas na ciência e naturaliza formas de opressão no contexto acadêmico. Por isso, é fundamental articular projetos e pesquisadoras em rede de cooperação de mulheres pretas nas pesquisas e na produção intelectual fora da vaidade acadêmica e de relações de poder. A intelectualidade preta e a notoriedade de sua incidência no âmbito local e no cenário nacional têm repercutido, principalmente quanto à produção de ideias contra-hegemônicas, referenciada na compreensão de que a universidade precisa cumprir sua responsabilidade social e garantir políticas de inclusão dos povos e conhecimentos historicamente inferiorizados e negados pela ciência hegemônica.

De modo destacado, interpela-se o lugar das pesquisas e do pensamento indígena na produção de ciências, diante da invisibilidade de pesquisadoras indígenas. Considerando a emergência do debate das mulheres nas ciências e a abertura editalícia para temática indígena no campo da internacionalização da pesquisa pela CAPES, optamos por apresentar uma proposta de investigação situada no sul latino-americano, portanto, nos territórios das universidades latino-americanas, tendo sido aprovado o projeto intitulado: “Políticas de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas e Quilombolas no Brasil e Bolívia”, destacando o seguinte argumento:

As mudanças climáticas e a formação para justiça socioambiental situam os conhecimentos indígenas e quilombolas como epistemologias emergentes de práticas inovadoras em gestão territorial e ambiental de proteção e preservação das terras tradicionais no Brasil e na Bolívia. A matriz descolonial e plurinacional dos povos indígenas e quilombolas fundamentam as ideias de uma ciência própria, baseada no reconhecimento da sustentabilidade socioambiental e nos direitos da natureza na América Latina (Dados documentais do Projeto de Pesquisa, 2024).

O projeto reconhece que a matriz descolonial na formação prática e teórica para a justiça socioambiental passa decisivamente pelas mulheres no agenciamento de saberes situados nos contextos de seus territórios. Entre as diferentes dimensões que o projeto aborda, a equidade de gênero nas realizações das missões de estudo e de trabalho é cláusula pétrea. Com relação à equidade de gênero e aos direitos das mulheres no acesso à ciência e tecnologia, as regras editalícias e o projeto de pesquisa determinam que 50%

das cotas de bolsas devem ser destinadas a mulheres indígenas e quilombolas durante a realização do processo de internacionalização de pesquisas no exterior.

A determinação favorece a mobilidade acadêmica de mestrandas e doutorandas, com ênfase no gênero e na etnia nas áreas dos programas de pós-graduação e nas temáticas de estudo. Na **primeira missão**, em 2024, participaram 10 discentes, sendo 7 mulheres e 3 homens, contemplando as regiões Norte, com 8 discentes, e Nordeste, com 2, contribuindo para a redução das desigualdades regionais de acesso à internacionalização da pesquisa. Como podemos analisar, 70% da primeira missão foi composta por mulheres indígenas; vale destacar que se tem 100% de professoras orientadoras mulheres, fortalecendo a presença de mulheres na ciência como professoras-orientadoras em programas de pós-graduação e uma rede de apoio e empoderamento envolvendo mulheres no acesso, permanência e internacionalização da pesquisa como um direito de mulheres indígenas à ciência e à tecnologia.

Apesar disso, pesquisas de mulheres indígenas são pouco conhecidas e sua autoria é invisível. Historicamente, as mulheres indígenas “[...] foram silenciadas e excluídas no campo das ciências [...]. A produção do saber esteve sob o domínio dos homens desde os primórdios” (Torres, 2014, p. 17). Nesse sentido, as políticas afirmativas de acesso à ciência e tecnologia são fundamentais para o ingresso dos povos indígenas na pós-graduação, principalmente de mulheres indígenas. A integração de pesquisa, sob a coordenação de mulheres indígenas do Brasil, pode também contribuir para a formação do pensamento indígena feminino e sua articulação em rede de pesquisadoras indígenas na América Latina. Na missão de estudos em doutorado sanduíche, as vagas preenchidas foram ocupadas por mulheres indígenas do Norte e Nordeste do Brasil, ou seja, a primeira missão foi formada 100% por pesquisadoras indígenas. Nessa missão, registramos que o projeto não conseguiu alcançar a meta de sete cotas para preenchimento das bolsas de doutorado sanduíche.

No mestrado, registramos que houve um número maior de participação de indígenas nos programas de pós-graduação, enquanto, no doutorado, esses números são inferiores, o que revela o grau de exclusão histórica de indígenas dos PPGs em todo o Brasil. A maioria dos indígenas bolsistas para missões de estudos no mestrado e no doutorado sanduíche é da região Norte do Brasil, mais especificamente do estado do Amazonas (AM), residentes no município de São Gabriel da Cachoeira, o maior município em população indígena do Brasil.

A **segunda missão** de mestrado e doutorado, em 2025, envolveu discentes afro-indígenas e foi composta por pretos e quilombolas: 7 bolsistas de mestrado e 7 de doutorado. No total, foram 14 discentes, sendo 8 mulheres e 6 homens. Com relação à condição de raça dos discentes, 8 são indígenas e 6 pretos; o percentual de mulheres na missão de estudos correspondeu a 57% das vagas. Na ocupação das vagas no doutorado, das 7 vagas, 5 foram ocupadas por mulheres indígenas e pretas, representando um percentual de 70% de mulheres em formação no doutorado, internacionalizando suas pesquisas, como podemos verificar no perfil:

Quadro 1 – Perfil das mulheres afro-indígenas -
2ª missão de estudos (Brasil-Bolívia)

Discentes de Mestrado – 2ª Missão			
Nome	Etnia	Instituição	Área do mestrado /tema de pesquisa
Janeice Rodrigues Lourenço	Kokama	UFAM PPGSCA	Os irmãos da Santa Cruz e os Menonitas: O encontro das comunidades religiosas do Brasil e da Bolívia para o caminho da salvação.
Nayara dos Santos Ribeiro	Kambeba	UEA PPGED	A pedagogia Decolonial no Movimento de Juventude de Mulheres Indígenas de Tefé
Rebeca Barros Passos	Preta	UESPI PPGSC	Grandes projetos e condições de trabalho no campo Piauiense : uma análise a partir da chegada do Proálcool (1970/1990).
Discentes de Doutorado – 2ª Missão			
Ana Mary Mello de Azevedo	Mura	UFAM PPGAS	Mura-Peara: Formação no magistério indígena de professores para a escola Mura
Rosamaria de Sousa Fé Barbosa - UFPI	Preta	UFPI PPGR	Inquisição e Cotidiano no Piauí Colonial
Maria Angela Matos Moura,	Tukano	UFRJ PPGLIN	Construção de uma plataforma digital bilíngue na língua tukano versus português, dicionário, sonorização, verbetes

Dalila Luz Cardoso	Terena	UNICAMP FE	Língua Terena no Currículo Escolar das Escolas Indígenas Municipais: desafios nas escolas do Município de Aquidauana
Carmem Letícia dos Santos	Preta	UFPI PPGPP	Religiões afro-brasileiras: espaço de acolhimento para as práticas religiosas e as expressões das vivências das encruzilhadas das Juventudes de Terreiro

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A confluência epistemológica entre mulheres afro-indígenas na ciência evidencia que seus lugares de atuação na universidade, seja como docentes-pesquisadoras nos PPGs ou como discentes-pesquisadoras no mestrado e no doutorado, articulam pesquisas, dando maior visibilidade às temáticas que envolvem as próprias mulheres diante das questões e tensões sociais que enfrentam. A temática das línguas como lugar de afirmação étnica; a educação e a escola indígena como prática educativa que sustenta o projeto de pertencimento; as matrizes de religiões afrodescendentes e o xamanismo como cultura ancestral vinculada à memória histórica do passado; as mulheres indígenas e suas vinculações com a mãe terra como território que se relaciona com o sagrado; e a desnaturalização da racialização dos corpos de mulheres pretas e indígenas. A confluência historicamente situada de mulheres indígenas nos trânsitos de seus contextos e de seus saberes é uma novidade, uma “criatividade própria” como horizonte de novas epistemologias, superando as narrativas negativas que sustentam o caráter endógeno dos conhecimentos no Sul Global, como se a ciência eurocêntrica fosse menos endógena.

O encontro das mulheres do Sul visa superar a realidade da solidão da mulher negra e indígena na universidade. Essa solidão é uma construção social baseada em uma matriz de subalternização, exclusão e inferiorização promovida pela branquitude como sistema de racialização dentro do ambiente acadêmico: “quando estava no mestrado, eu era uma das pouquíssimas estudantes negras da minha turma. Não tive nem professores negros ou negras. Era uma solidão racial tremenda, e isso gerou um senso de não pertencimento, uma relação de estranhamento com aquele espaço”. Esse é o depoimento de Barbara Carine (2023, p. 145), explicitando um mundo real de mulheres pretas, sem romantização, sem naturalização, fora da imaginação da branquitude. Apesar disso, nossos encontros podem aprimorar nosso saber ser e fazer em lógicas de redes de cooperação para além da ciência do colonizador.

4 Eu, Intelectual e Docente Preta

Conforme dito por José Jorge de Carvalho (2007), o espaço acadêmico no Brasil ainda é um espaço de confinamento racial vivido por docentes, um regime herdado de gerações passadas de acadêmicos e que se sustenta em mecanismos próprios desse espaço. Assim, quando relatamos aqui sobre as nossas presenças em meio a muitas ausências, temos consciência do quanto se trata de um processo que deve fortalecer e propiciar outras presenças nesse espaço, especialmente de negras, mas também de quilombolas e indígenas.

Também vale salientar que não chegamos sós; embora ainda poucas na docência, sobretudo nos programas de pós-graduação, chegamos somando com grupos de estudantes negros e negras que reexistem nos espaços universitários e, daí, as vinculações e proximidades advindas da familiaridade, pelas experiências comuns de racismo atrelado às formas de opressão, que se encontram em construções coletivas da docência e de dissidência.

Enquanto docentes, em nossa autonomia acadêmica e responsabilidade social com as nossas pertencas, conduzimos fazeres acadêmicos no ensino, na extensão e na pesquisa em cenário de resistência, como estratégias criativas e coletivas de rompimento do racismo institucional, epistêmico e cotidiano. Citamos como exemplos as escolhas, em nossas ementas e planos de ensino, de autoras e autores negros/negras que, por vezes, são os primeiros contatos que as/os estudantes têm ao longo da graduação e/ou pós-graduação, tais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Isolda Trindade, Nilma Lino Gomes, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Joselina da Silva, Givânia Maria da Silva, entre tantas outras intelectuais negras brasileiras. As escolhas por essas referências são políticas e buscam construir outros repertórios para além dos ditos cânones intocáveis nas universidades.

Nas orientações, os caminhos seguem a partir de experiências que a “outridade” nos imprime, a saber, o incentivo a epistemologias e escritas baseadas nas experiências e pesquisas realizadas com a imersão na realidade pesquisada, e não para as pessoas participantes destas. Assim, privilegiamos metodologias de pesquisa e análises a partir das autoetnografias negras, pesquisas colaborativas e análises sob uma perspectiva interseccional.

Compreendemos a extensão universitária não como componente que subsiste de modo isolado ou, no máximo, como oportunidade de prestação de serviço, mas como ponte indispensável para que os conhecimentos produzidos nesses espaços ditos privilegiados para o diálogo e a proposição de construção de políticas públicas transitem, partindo da compreensão de que é a sociedade quem conforma o fazer universitário.

É na extensão universitária que o conhecimento se torna verdadeiramente situado e compartilhado. Nosso fazer acadêmico deve considerar as racialidades que nos perpassam para, a partir daí, promover o diálogo para a promoção de outras relações étnico-raciais, baseadas na busca por equidade. Quando atuamos na formação de educadores(as) e gestores escolares, não podemos prescindir das conquistas favorecidas pela Lei 10.639/2003 e pela Lei 12.645/2008, enquanto instrumentos para a promoção do direito e da justiça racial.

Outro instrumento que também proporciona uma tensão no processo de confinamento são as bancas de heteroidentificação racial, retaguarda para a garantia do usufruto das cotas raciais, ainda duramente criticadas e, ao mesmo tempo, objeto de tentativas de burla. Essa situação insere uma contradição que, na Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG), vem sendo pautada por meio de minicursos, oficinas e outros mecanismos de reflexão e de fortalecimento dessa garantia, com a participação ativa de docentes negros(as).

Além disso, realizam-se na UFV/MG projetos de extensão voltados para que mais estudantes negros/as, indígenas e LGBTQIAPN+ também tomem posse de lugares nos programas de pós-graduação. Nessa ação, citamos o Projeto de Extensão Afirmativa na Pós-Graduação, desenvolvido desde 2021 pelo grupo de pesquisa Educação, Gênero e Raça (EDUCAGERA), um grupo de aquilombamento, que realiza diversas atividades criativas em resposta e em enfrentamento ao racismo institucional; além disso, proporciona saberes voltados à facilitação do acesso a programas de pós-graduação, desde o ato da inscrição, passando pela fase das entrevistas e demais requisitos exigidos nos processos seletivos na área de Ciências Humanas e Sociais.

Na pesquisa, as lentes e as ações se voltam para investigações ancoradas no mundo vivido, em busca de encontrar respostas para modificar o contexto de violências raciais e suas intersecções no campo da educação, políticas públicas e direitos fundamentais, com foco nas relações étnico-raciais e suas interseccionalidades, enquanto campos temáticos e lugares de tensão priorizados para a construção de um lócus de investigação e de orientação, a exemplo das que se encontram relacionadas a seguir:

Quadro 2 – Pesquisas relacionadas às temáticas étnico-raciais na UFV/MG

Autorias	Projeto de Pesquisa	Tema de pesquisa/objetivos
Lidiane Cesário Barreto	Presenças negras em programas de pós-graduações: emergências e agências na ciência brasileira	A pesquisa busca identificar e compreender as narrativas de estudantes negros(as/es) cotistas nos Programas de Pós-Graduação na Universidade Federal de Viçosa (UFV) dos Centros de Ciências Exatas e Humanas.
Gabrielle Victoria Marcelino da Cruz	A presença de mulheres negras no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa: uma análise de suas chegadas e expectativas	A pesquisa tem como foco análise da presença dessas mulheres no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com foco na presença de mulheres negras, cujas histórias de vida suscitam reflexões acerca das dinâmicas de exclusão e inclusão racial e de gênero no ensino superior brasileiro.
Carolina Rocha	Mestrado e doutorado são coisas de preto? Presenças, experiências e autorias negras na Pós-Graduação da UFV, UNB e UFBA	A pesquisa de pós-doutorado busca analisar a partir das narrativas de cotistas negros e negras nos programas de pós - graduação da Universidade de Brasília e Universidade Federal da Bahia, as suas agências e desafios nos programas de pós – graduação.
Taís de Carvalho	Construindo pontes e diálogos em prol de uma educação antirracista	A pesquisa tem como objetivo geral o desafio de construir coletivamente propostas pedagógicas antirracistas para o ensino fundamental com as/ os docentes de uma escola pública estadual de Viçosa - MG.
Maira Rafaela Gomes Ferreira	O <i>poetryslam</i> como proposta pedagógica para apresentação e debate de temas transversais no ensino médio.	A pesquisa tem por intuito investigar como o SlamPoetry pode ser um potencial educativo para o debate de temas transversais no Ensino Médio. Dessa forma, através de entrevistas com participantes de um grupo de Slam que promovem atividades em escolas, buscamos divulgar o SlamPoetry enquanto proposta educativa.

Cristina Maria da Silva Luana Gonçalves Pereira	Presenças e agências negras nos cursos de pós - graduação da Universidade Federal de Viçosa - MG	A pesquisa visa identificar quem são os/as estudantes cotistas matriculados/as nos cursos de pós - graduação na Universidade Federal de Viçosa em 2024
Geralda Aparecida dos Santos	Vivências acadêmicas e perspectivas de estudantes indígenas e quilombolas atendidos/as pelo programa bolsa permanência da universidade federal de viçosa - MG	A pesquisa visa analisar as condições de permanência e vivências acadêmicas dos/as discentes indígenas e quilombolas atendidos/as pelo Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal de Viçosa campus Viçosa/MG nos anos de 2022 e 2023.
Alexia de Souza Freitas	Quando o racismo atravessa o corpo surdo: experiências da surdez e racialidade em ambientes educacionais	A pesquisa tem como objetivo investigar de que modo os marcadores racial e da surdez influenciaram nas experiências educacionais e identitárias de um aluno negro-surdo do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).
Jaime Augusto de Jesus	Aqui tem intelectual preta, sim! trajetórias acadêmicas profissionais e epistemologias de docentes pretas em programas de pós - graduação nas áreas ciências exatas e da terra em Minas Gerais.	A pesquisa tem como objetivo analisar as trajetórias acadêmicas e profissionais das docentes doutoras pretas credenciadas em programas de pós-graduação - PPGs nas duas grandes áreas- Ciências da Terra e da Exatas nas universidades públicas federais,
Lidiane Cesário Barreto	Travessias de estudantes negras na universidade: violências de gênero e raça	A pesquisa visa compreender e analisar o impacto de relacionamentos abusivos na vida acadêmica e pessoal das estudantes negras.
Nathielle Gonçalves Arruda	Educação e Equidade: análise crítica da Implementação da Lei de Cotas no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa	Este projeto de pesquisa tem por objetivo investigar a implementação da Lei de Cotas no Colégio de Aplicação (CAP) Coluni da Universidade Federal de Viçosa, analisando as trajetórias dos estudantes cotistas negros, indígenas ingressantes em 2023 e 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

É importante ressaltar que as orientações estão alicerçadas pela afetividade, pois afetividade importa. Em meio a uma série de situações de racismo, construímos espaços seguros que nos ajudam a nos manter vivas/os e em criatividade, realizando o trabalho da pesquisa e das orientações. Nesta direção, tem-se o projeto de pesquisa intitulado “Presenças negras na Pós-Graduação”, financiado pelo Programa de Alteridades na Pós-Graduação e coordenado por uma das autoras deste artigo, que visa compreender os desafios e as agências negras de estudantes cotistas nos programas de pós-graduação da UFV, Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa, no momento de finalização deste artigo, estava composta por uma equipe de 13 pesquisadores(as), envolvendo mestrandas(os), pós-doutorandas e estudante de graduação que, em aquilombamento, estabelecem processo de diálogo a respeito de como as presenças negras têm sido efetivadas na pós-graduação, ao mesmo tempo em que promovem avaliação da aplicabilidade da Lei de Cotas na pós-graduação, tendo em vista as dimensões de acesso e permanência. As narrativas sistematizadas vêm revelando uma série de violências epistêmicas, práticas do racismo cotidiano, mas também estratégias coletivas de resistência. Importa enfatizar que todas as agências citadas se realizam em coletividades, em redes, seja de grupos de pesquisa dos quais fazemos parte, em orientações e em parcerias negras construídas por docentes e discentes em diferentes processos de irmandade que emanam forças objetivas para que o fazer acadêmico não seja solitário e desumanizador.

5 Eu e outras Construções de Pretas, na Universidade

O papel atribuído à ciência e à pós-graduação *stricto sensu*, que envolve cursos de mestrado e doutorado, vem afirmando e reproduzindo espaços de privilégio para um público seletivo e a construção de determinado tipo de conhecimento, que mantém mulheres pretas apartadas das oportunidades de incidirem no mundo por meio da produção de ciência na universidade. Isso se dá por meio de mecanismos sofisticados de controle, legitimados socialmente no racismo estrutural e institucional. Não obstante o peso desse processo nas condições de sociabilidade existentes nos espaços acadêmicos, há resistências que se realizam por meio de ações concretas e racionalidades insurgentes.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no ano de 2024 havia mais de 350 mil estudantes matriculados na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Quando situado no contexto geral do acesso, o dado evidencia uma ampliação de oportunidades;

no entanto, a desigualdade entre brancos e pretos continua confirmando a força da exclusão histórica. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), instituição supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), informou que, no período de 1996 a 2021, “a metade dos títulos de mestrado (49,5%) e um sexto dos títulos de doutorado (57,8%) foram obtidos por pessoas brancas”. Somente 4,1% dos títulos de mestres e 3,4% dos de doutores/as contemplaram pessoas pretas. Entre as pessoas pardas, 16,7% estavam tituladas como mestras e 14,9%, como doutoras. Revelou, ainda, que as mulheres pretas seguem sendo parcela minoritária⁵. Dados do Censo da Educação Superior do ano de 2016 revelaram que, no Brasil, havia 10 mil professoras doutoras brancas atuando em programas de pós-graduação e somente 219 negras, ou seja, 0,4% do total⁶.

Reiterando, essa realidade impõe a adoção de medidas societárias que favoreçam o ingresso de mulheres pretas na universidade para a observância do direito, conforme previsto na Constituição brasileira e, de modo específico, na Lei 12.288/2010, o Estatuto da Igualdade Racial, como medida reparatória, para que seja possível instaurar a equidade. Enquanto isso não se realiza, carregamos a obrigação ético-política de não tratar oportunidades de ingresso na universidade e na pós-graduação como conquistas individuais, fazendo com que a chegada de algumas de nós seja oportunidade para a chegada de outras, o que exige trabalho orientado política, ontológica e epistemologicamente para fazeres que inscrevam as demandas próprias, articuladas na universalidade da produção e, ao mesmo tempo, como investimento em processos de transformação da universidade. Assim, ao registrarmos nosso nome na produção, também registramos nossas comunidades, territórios, exclusões, fazeres e projetos insurgentes.

Essa postura requer identidade, uma questão complexa, considerando a realidade concreta das violências coloniais e colonialistas, a multiplicidade conceitual existente no campo das relações e dos processos culturais e institucionais conformados na realidade brasileira e na promoção de políticas de ação afirmativa, campo em que ainda há poucos consensos. Munanga (1994, p. 177) afirma que “A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc”.

Nesse conjunto, a população negra vem sendo definida pelo somatório

5 Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2025-07/pos-graduacao-ainda-e-concentrada-na-populacao-branca-aponta-estud>. Acesso em: 5 set. 2025.

6 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/por-que-so-04-das-professoras-doutoras-na-pos-graduacao-do-brasil-sao-negras>.

da população preta e da população parda, esta que aparece tensionada nos debates sobre a composição das categorias censitárias associadas às tentativas de reforço à ideologia do branqueamento da sociedade brasileira. Em nossa construção de argumento, compreendemos que o ser negro(a) se situa em um conjunto marcado por exclusões e violências históricas consideradas nos processos organizativos e de lutas de movimentos sociais; ao mesmo tempo, considerando também que, do ponto de vista das características fenotípicas, pessoas pretas e pardas têm experiências distintas quando enfrentam desafios específicos relacionados à discriminação e às oportunidades de inclusão.

Uma das mulheres negras coautoras deste artigo integra o quadro docente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) desde o ano de 2006 e somente no ano de 2020 pôde atuar na pós-graduação *stricto sensu*, dificuldade também explicada pela escassez de oportunidades de aprovação de cursos dessa natureza, a partir da proposição de uma universidade situada no estado do Piauí que, de acordo com as estatísticas, se encontra em ampla desvantagem em relação a outros estados: no ano de 2020, segundo dados do Instituto Semesp, no Piauí havia somente 390 matrículas na rede pública das 156.202 existentes no Brasil em cursos de mestrado, representando 0,24%; e 71 das 93.372 em doutorado no país, representando 0,07% do total.

A docente está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC), da área de Sociais e Humanidades, articulando História, Pedagogia, Ciências Sociais e Literatura, com estudos vinculados a duas linhas de pesquisa: Trabalho, Educação e Mundo Rural; e Sociedade e Relações Étnico-Raciais. A primeira turma, de 20 estudantes, ingressou no ano de 2022, após aprovação, conforme normas do Edital PROP/UESPI nº 008/2021, e, a partir daí, o Programa seguiu realizando oferta anual de 20 vagas. Na primeira turma, 17 dissertações foram defendidas entre os anos de 2023 e 2024 e hospedadas no repositório do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da UESPI. Dessas, 7 pautam na centralidade questões étnicas:

Quadro 3 – Dissertações defendidas no PPGSC/UESPI de 2023 a 2024

Autor/a	Título
DIEGO MATEUS DOS SANTOS	AUTOAFIRMAÇÃO PARA MOBILIDADE: a [re] existência de estudantes negras(os) no curso de medicina de uma universidade pública em Teresina-Piauí
SONIA MARIA DIAS DE SOUSA	As insubmissões de Francisca Trindade na sua trajetória como mulher negra
ADRIANA RODRIGUES DE BARROS	“A EDUCAÇÃO NÃO TEM COR”: Os caminhos da Lei 10.639/2003 em um Centro de Educação em Tempo Integral em Teresina – PI.
SABINO CHIMUCO SAMUEL	Desafios, tensões e conflitos nas relações Étnico Raciais na cidade da abolição/CE: Caso dos estudantes africanos no município de Redenção/CE
LUCIANA MONTEIRO DA ROCHA	LITERATURA E IDENTIDADE EM QUESTÃO: representações de crianças negras em narrativas afro-brasileiras infantojuvenis
FRANCISCO ELISMAR DA SILVA JUNIOR	DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS EM CENA: identidades corporais negras entre componentes de um grupo afro em Teresina/PI
VIRNA RODRIGUES LEAL MOURA	FÉ E PROFECIA NO CRUZAMENTO DA FOGUEIRA DE XANGÔ: Fogo, Magia e Justiça em Custaneira/Tronco

Fonte: PPGSC/UESPI (2025)

O processo de trabalho pela proposta interdisciplinar privilegia os trânsitos entre áreas de conhecimento, ao mesmo tempo admitindo perspectivas não consagradas nas especificidades das áreas, o que possibilita enxergar novos sujeitos(as), territórios e problemáticas inscritas e tratadas a partir de outras inventividades, lugar em que as identidades podem afirmar-se e, ao mesmo tempo, coexistir.

E nós, Mulheres Pretas Pesquisadoras nas Ciências: notas conclusivas

Entre os diferentes desafios para encontros de mulheres pretas pesquisadoras, destacam-se a sub-representação nas universidades e a baixa participação em programas de pós-graduação, fato recorrente verificado nos estudos sobre a presença de mulheres no campo da ciência e da tecnologia. A universidade pública foi sendo capturada pela falácia da meritocracia e do “ego cogito”, instrumentalizada como um ambiente de privilégio da branquitude, tida como única capaz de produzir ciência. A partir dessa visão eurocêntrica, a universidade vem se movimentando historicamente na base do racismo estrutural e institucional como uma construção social “legítima” e

excludente dos setores populares do acesso ao conhecimento. Apesar disso, há confluências que demarcam possibilidades de inversão dessa ordem, a exemplo das que passamos a citar:

A primeira confluência vem do reconhecimento de que nós, mulheres pretas, podemos aprender umas com as outras, nos trânsitos de nossas experiências, nos contextos, com aprendizagens inovadoras nas pesquisas e na produção intelectual de cada uma; podemos ser redes de pesquisa.

A segunda confluência vem do pertencimento étnico-racial de mulheres pretas pesquisadoras oriundas da zona rural, empilhadas nas favelas das grandes cidades, com trajetórias educacionais forjadas nos fazeres populares e na escola pública. Mulheres que se alinham em corpos, em contextos e em lugares de produção do conhecimento para despir a invenção da raça pelas universidades ocidentalizadas. Pesquisadoras pretas que têm em seu caminho outras mulheres pretas com memória histórica do que somos, cuja ancestralidade foi sendo apagada da literatura dos ditos “clássicos”, baseada em uma lógica de racionalidade do “ego cogito” – penso, logo existo –, como se o desenvolvimento da razão fosse única e exclusivamente de certo tipo humano. Esse pertencimento étnico vai se fortalecendo nas lutas pelo direito à educação libertadora, nas lutas antirracistas, nos grupos e coletivos de cultura afrodescendente, em organizações de intelectuais negros no debate das políticas e ações afirmativas, que vão se constituindo como ato de autoeducação para enfrentamento às práticas racistas. E a chegada de mulheres pretas às universidades vai se organizando na dureza que tem sido o racismo institucional.

A terceira confluência vem do pertencimento de mulheres pretas das classes populares, tendo a dimensão de classe como resultado do racismo estrutural que escravizou e subjugou a população preta como não humana. Esse lugar das classes populares se apresenta pela vinculação dessas mulheres pretas aos movimentos sociais populares identitários e por direitos. A centralidade das lutas por direitos está situada na construção de um projeto de educação crítica e libertadora como epistemologia contra-hegemônica à ideia colonial que justificou o colonialismo e o racismo, ontem e hoje. Mulheres pretas nas universidades carregam uma invenção criativa anticolonial, antipatriarcal e antirracista como categorias contra-hegemônicas ao sistema capitalista global. Assim, eu e nós, mulheres pretas, criamos circularidades na construção de projeto de educação que rompe com a “falácia do ego cogito” da branquitude.

Nós, eu e nós, mulheres pretas, reivindicamos o progresso do pensamento que se movimenta na realidade social, que caminha, experimenta, modifica sua prática, faz a autocrítica sobre o ato de pensar, abre lacunas para projetar ciências, e não mais ciência. Essas pesquisadoras pretas interpelam as potencialidades de seus saberes, que, fazendo com outras mulheres, revelam racionalidades e causalidades próprias que explicam como a ordem dominante reproduz a colonialidade do poder na educação superior do Brasil.

Articuladas nas ciências sociais e humanas, eu e nós, mulheres pretas pesquisadoras, interrogamos as realidades sociais de exclusão e, em progresso do pensamento, indagamos sobre como estas se reproduzem nos contextos acadêmicos. As pesquisadoras pretas, em sua natureza, são geradoras de incômodos; em suas pesquisas, questionam como o privilégio da branquitude mantém uma universidade como espectadora social das relações de opressão e naturalização das relações de poder. O encontro entre eu e nós, mulheres pretas, nas universidades é uma afirmativa epistemológica que se organiza por uma matriz de ciência situada nas realidades das classes populares, que vai verificando com os saberes nascidos nos territórios de margens.

A quarta confluência vem do reconhecimento de nossa matriz epistemológica contra-colonial, descolonial, decolonial, em interfaces com a interseccionalidade de raça, classe e gênero. A quinta confluência vem da construção de uma agenda comum de democratização da universidade, principalmente na pós-graduação, que cada vez mais tem sido capturada por uma lógica seletiva e excludente. Vale ressaltar que pesquisadoras pretas vêm exercitando o debate como mecanismo de democratização do conhecimento na visão dos(as) que querem ser incluídos(as); assim, é fundamental assegurar dinâmicas de superação da relação sujeito-objeto do conhecimento, enfrentar as barreiras raciais que têm sido cada vez mais sutis por narrativas de inclusão nas perspectivas da branquitude.

Referências

BORDA, Fals. **Una Sociología sentipensante para la América Latina**. México: Sigilo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2023** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: INEP, 2024.

CARINE, Barbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

CARINE, Barbara. **E eu, não sou intelectual**: quase um manual de sobrevivência acadêmica. São Paulo. Planeta do Brasil, 2025.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **PADE**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos, UniCEUB, FACJS, v. 2, n. 1, 2007.

DIAS, Luciana de Oliveira; CASTRO, Ana Luisa Machado de. Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento negro feminista. **Revista Relações internacionais UFGD**, Dourados, v.9. n.17, jan./jun. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/10293>. Acesso em: 2 set 2025. p. 535-561.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**. Retórica de La Modernidad, Lógica de La Colonialidad y Gramática de La Descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. p. 177-187.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Recebido em setembro de 2025.

Aceito em abril de 2026